

Em nota, organizações exigem que governo revogue portaria que institui implante para prevenção de gravidez indesejada de mulheres que vivem com HIV/AIDS e outras situações de vulnerabilidade

(Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS - ABIA | 28/04/2021 | Por Redação)

Cerca de 30 organizações, entre elas a ABIA, se manifestaram contra a a Portaria SCTIE Nº 13/2021, publicada pelo Ministério da Saúde, através da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos,. O documento instituiu o implante subdérmico de etonogestrel como estratégia de prevenção da gravidez indesejada através do Sistema Único de Saúde (SUS) para mulheres que vivem em situação de rua, com HIV/AIDS que fazem uso de dolutegravir; que fazem uso de talidomida; privadas de liberdade; trabalhadoras do sexo; e em tratamento de tuberculose em uso de aminoglicosídeos, condicionado à criação de um programa que deve ser feito público no prazo de 180 dias.

Leia a seguir a nota completa a seguir:



#EugeniaNÃO

#AcessoUniversalSIM

#EugeniaNão #AcessoUniversalSim

Nota conjunta contra a Portaria N. 13/2021

No dia 19 de abril, o Ministério da Saúde através da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde publicou a Portaria SCTIE Nº 13/2021, que instituiu o implante subdérmico de etonogestrel como estratégia de prevenção da gravidez indesejada através do Sistema Único de Saúde (SUS) para mulheres que vivem em situação de rua, com HIV/AIDS que fazem uso de dolutegravir; que fazem uso de talidomida; privadas de liberdade; trabalhadoras do sexo; e em tratamento de tuberculose em uso de aminoglicosídeos, condicionado à criação de um programa que deve ser feito público no prazo de 180 dias.

A proposta inicial na qual se baseou essa portaria demandava a ampliação da oferta de contraceptivos pelo SUS que deveriam ser disponibilizados de forma universal a todas as mulheres em idade reprodutiva. No entanto, somente com base no impacto orçamentário, a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec) fez recomendação desfavorável em 9 de dezembro de 2020 e, em 3 de março de 2021, a Conitec definiu as populações às quais a portaria se restringiria seguindo critérios obscuros e negligenciando implicações éticas, legais e de saúde pública. Esta portaria viola os princípios de acesso igualitário e livre exercício do planejamento familiar como estabelecidos pela lei 9.263/96 e os

princípios de universalidade e equidade do SUS.

A seleção de determinados grupos para experimentos reprodutivos ou estratégias de controle natalista é uma marca indelével da história do Brasil e da saúde reprodutiva mais amplamente, onde populações mais vulneráveis foram e ainda são submetidas a procedimentos compulsórios que violam seus direitos humanos. Vale lembrar o caso de Janaína, uma mulher negra em situação de rua submetida à esterilização compulsória por decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo a pedido do Ministério Público em 2018, há apenas três anos. Assim, ainda que a política promovida pela portaria não seja, em tese, compulsória, ela acrescenta água ao moinho das violações da autonomia corporal de pessoas em vulnerabilidade social, e que deve ser conectada ao contexto político mais amplo no qual ela está inserida.

Devemos chamá-la pelo que é: esta é uma política marcadamente discriminatória, higienista, classista, racista e baseada em estigmas sobre as populações às quais se destina, que já sofrem obstáculos e impedimentos no exercício da maternidade e da autonomia corporal. Desta forma, as organizações e coletivos aqui assinados exigem que a Portaria nº 13 - SCTIE/MS seja revogada e que a ampliação de método contraceptivo seja disponibilizada de forma universal.

[Junte-se a nós, assine a nota aqui.](#)

8M Santa Catarina

Acontece - Arte e Política LGBTI+

Anis - Instituto de Bioética

Articulação Nacional de Luta contra a AIDS - ANAIDS

Articulação Nacional de Profissionais do Sexo - ANPROSEX

Articulação Social Brasileira para o Enfrentamento de Tuberculose - Art TB Brasil

Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS - ABIA

Associação de Doulas de Santa Catarina - ADOSC

Associação Pernambucana de Profissionais do Sexo - APPS

Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais - CUTS

Centro de Estudos Feministas e Assessoria - Cfemea

Centro de Referência em Direitos Humanos - Norte/MG - CRDH Norte

Centro Estadual de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis - CEDDHMG

Clã das Lobas

Coletivo Margarida Alves

Coletivo Rebu

Fórum de ONGs AIDS Rio Grande do Sul

Frente Catarinense pela Legalização do Aborto

Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS - Rio Grande do Sul - GAPA RS

Liberta Elas

Movimento de População de Rua

Nem Presa Nem Morta

Polos de Cidadania

Portal Catarinas

Projeto Cravinas

Red de Mujeres Trabajadoras Sexuales de Latinoamérica y el Caribe - RedTraSex

Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas - RENFA

Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV e AIDS - RNP+ Brasil

Sexuality Policy Watch - SPW

Tulipas do Cerrado - Rede de Redução de Danos e Profissionais do Sexo do DF e entorno